



Revista do Instituto de Estudos Brasileiros

ISSN: 0020-3874

ISSN: 2316-901X

Instituto de Estudos Brasileiros

Gimenes, Max Luiz

Entre parceiros e companheiros: por uma releitura política
de Os parceiros do Rio Bonito, de Antonio Candido

Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, núm. 69, Janeiro-Abril, 2018, pp. 418-425
Instituto de Estudos Brasileiros

DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i69p418-425

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=405655387021>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc



Sistema de Informação Científica Redalyc

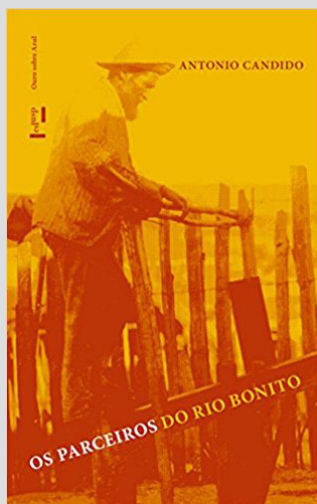
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso aberto

Entre parceiros e companheiros: por uma releitura política de *Os parceiros do Rio Bonito*, de Antonio Candido

[Among partners and companions: for a political re-reading of “*Os parceiros do Rio Bonito*”, by Antonio Candido

Max Luiz Gimenes¹

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 12. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Edusp, 2017.



Os parceiros do Rio Bonito é a tese de doutorado em Sociologia de Antonio Candido, defendida em outubro de 1954 na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Na época, ele era assistente da cadeira de Sociologia II da Faculdade, ocupada então por Fernando de Azevedo, que o orientou e a quem o livro é dedicado.

Em se tratando de um trabalho consagrado como “clássico” da tradição intelectual brasileira, é compreensível que continue a ser lido, relido, comentado e reeditado, mesmo depois de passado mais de meio século desde quando foi publicado pela primeira vez. Afinal, “um clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer”, como tão bem definiu Ítalo Calvino².

GIMENES, Max Luiz. Entre parceiros e companheiros: por uma releitura política de *Os parceiros do Rio Bonito*, de Antonio Candido. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 69, p. 418-425S, abr. 2018.

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.voi69p418-425>

¹ Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

² CALVINO, Ítalo. *Por que ler os clássicos?*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. II.

Mas a consagração, nesse caso, veio tardiamente. A começar pelo lançamento em livro na coleção Documentos Brasileiros, da Livraria José Olympio Editora, apenas em 1964, dez anos depois de aprovada a tese. Essa foi a primeira edição comercial do trabalho, já que em 1954 haviam sido datilografados apenas seis exemplares, para o autor e para a banca composta de cinco nomes, entre eles os professores estrangeiros Roger Bastide e Emílio Willems, muito importantes na formação de Candido em geral e na realização dessa pesquisa em particular.

O recém-doutor então hesitara em aceitar o convite para publicação imediata, feito pelo amigo e editor José Olympio, pelo receio bastante conhecido dos pós-graduados de maneira geral: a crença de que o próprio trabalho necessitava de uma “boa revisão”³. Candido retomou a tese somente em 1958, quando já realizara a sua migração institucional da sociologia para as letras e passara a lecionar no Departamento de Letras Vernáculas da recém-fundada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis.

A revisão do manuscrito, concluída em 1961, foi no fim das contas pouca e mais de forma que de conteúdo. E a vacilação, considerada uma “bobagem” depois pelo próprio autor, acabou servindo apenas para retardar a repercussão da obra. A inflexão nesse quadro aconteceu somente em 1979, após o trabalho ser elevado por Fernando Henrique Cardoso à condição de “contribuição mais original da ciência

3 A entrevista em que o autor comenta o episódio foi feita para a pesquisa de mestrado de Luiz Carlos Jackson e se encontra publicada como anexo de sua dissertação, posteriormente editada em livro: JACKSON, Luiz Carlos. *A tradição esquecida: Os parceiros do Rio Bonito e a sociologia de Antonio Candido*. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Fapesp, 2002, p. 125-148.

social brasileira na época”, ao lado de *A organização social dos Tupinambá*, do colega Florestan⁴. Pioneirismo aliás em escala internacional, segundo ele.

O livro, cujo nascimento, como vimos, fora marcado pela hesitação, no entanto, cresceu e chega agora à maturidade de sua décima segunda edição, no geral bastante semelhante à anterior, publicada também pela editora Ouro sobre Azul, mas sem a parceria da Edusp. O projeto gráfico continua o mesmo, com ajustes apenas de formatação e de tratamento das imagens e do espaçamento entre linhas nas tabelas, além da inserção de textos e fotografia nas orelhas e na contracapa. Também houve a tradução para o português do conteúdo de três notas de rodapé, que continham citação do direito canônico no original em latim, alteração que foi feita a pedido do próprio autor antes de sua morte em 12 de maio de 2017⁵.

Todas essas novidades contribuem, sem dúvida, para tornar o livro e a leitura ainda mais interessantes e agradáveis. A edição poderia até ser considerada definitiva, não fosse o descuido de reproduzir e até ampliar uma confusão do autor com o nome do padre dominicano francês Louis-Joseph Lebreton, pioneiro da renovação católica na década de 1940. Em vez de consertar a referência que Candido faz a ele como “J.-L. Lebreton”, a décima primeira edição da obra transformou as iniciais invertidas pelo autor, no corpo do texto, em nome por extenso, no índice onomástico, causando engano com um tal de “Jean-Louis” Lebreton⁶.

As edições anteriores também não possuem entre si diferenças significativas, no geral. Entre a primeira, de 1964, e a segunda, publicada pela Livraria Duas Cidades Editora em 1971, é digno de nota apenas que houve a supressão do índice remissivo (que era de nomes e também de assuntos) e, no apêndice, a troca de um título de seção e a inserção de uma nota de rodapé. Com exceção de uma reforma ortográfica no meio do caminho, as reedições a partir da segunda edição permaneceram praticamente inalteradas até a de número nove, publicada em 2001 pela Duas Cidades em parceria com a Editora 34, quando foi retomada a parte onomástica do índice remissivo e inserido pela primeira vez algum material iconográfico, entre fotografias da fazenda e dos caipiras estudados e fac-símiles dos cadernos de campo (em quantidade equivalente a aproximadamente metade do material incluído da décima primeira edição em diante).

O livro, que além de reeditado continuou a ser também estudado, pode ser lido sociologicamente, como argumenta Luiz Carlos Jackson, na chave da tradição

4 CARDOSO, Fernando Henrique. A fome e a crença. In: LAFER, Celso (Org.). *Esboço de figura: homenagem a Antonio Candido*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979, p. 89-98. Além dos estudos de Cardoso e Jackson, compõem esse movimento de revalorização artigos de Maria Sylvia de Carvalho Franco, Sedi Hirano, Edgard de Assis Carvalho, Teresinha d’Aquino e Mariza Peirano (com exceção do desta última, todos os outros foram publicados no livro de homenagem organizado em 1995 por Maria Angela D’Incao e Eloisa Faria Scarabôto). D’INCAO, Maria Angela; SCARABÔTOLO, Eloisa Faria (Org.). *Dentro do texto, dentro da vida*. São Paulo: Companhia das Letras/Instituto Moreira Salles, 1992. PEIRANO, Mariza. O pluralismo de Antonio Candido. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 12, v. 5, fev. 1990, p. 41-54.

5 Informação gentilmente fornecida por Ana Luísa Escorel, filha mais velha e atual editora do autor. As notas, no caso, encontram-se às páginas 167 e 283.

6 Essas referências a Lebreton se encontram às páginas 258 (corpo do texto) e 330 (índice onomástico).

ensaística brasileira, a que pertencem autores como Euclides da Cunha, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. Além do próprio Candido, com *Formação da literatura* brasileira, sua obra-prima, preparada entre 1946 e 1957, paralelamente à tese de doutorado, iniciada em 1947 e finalizada em 1954. De fato, nota-se também em *Os parceiros do Rio Bonito* a preocupação do autor com a questão mais ampla da formação da nação, a prática da interdisciplinaridade, a consideração da dimensão histórica na explicação dos fenômenos sociais, o trabalho mais literário com a linguagem e a tomada de posição política, características dessa tradição.

Mas nada disso significava recusa da especialização acadêmica que tinha então lugar no Brasil com o advento dos estudos superiores em humanidades entre as décadas de 1930 e 1940. Não se tratava de simples apego ou retorno ao ensaísmo anterior, mas a sua elevação a outro patamar, a partir da síntese entre certos elementos dele e das novas tendências. Candido, afinal, incorporou as teorias e metodologias de ponta trazidas pelos professores estrangeiros para a realização de minuciosa pesquisa sobre a realidade brasileira a partir de um de seus aspectos. Além disso, diferenciava-se da tradição ensaísta pelo que chama de “radicalismo sociológico”, o deslocamento de eixo dos estudos que ocorreu nos trabalhos de sua geração na Faculdade, passando da interpretação da sociedade brasileira do ângulo das camadas superiores para o das de baixo.

Essa capacidade do autor de combinar grandes temas civilizatórios e teóricos, como a relação entre natureza e cultura abordada no livro à luz da teoria marxista da história, e minúcia descritiva, recorrendo no caso à antropologia britânica e estadunidense da época, é uma das maiores contribuições da obra e uma das razões de sua contemporaneidade, na avaliação de Cardoso. É também uma das razões de incompreensão em sua recepção acadêmica, segundo o mesmo Cardoso e também José de Souza Martins⁷, uma vez que se vivia nas décadas de 1960 e 1970 o auge do chamado marxismo estruturalista, mais preocupado com as grandes estruturas, principalmente do ponto de vista econômico, em detrimento da cultura e da capacidade de agência humana, sem as quais, contudo, há abstração e não é possível apreender os fenômenos sociais em sua totalidade e dinâmica.

Outra razão de incompreensão, mais propriamente política mas não completamente desligada da motivação anterior, está na radicalização do debate público do período, que não deu atenção à obra pelo que nela aparece como secundarização do conflito entre latifúndio e pequena propriedade, justamente porque a proposta da pesquisa era o estudo do regime de “parceria” entre eles, como “solução” transitória de sobrevivência para ambos em situação de crise. Francisco de Oliveira argumenta que isso era o essencial da obra, demonstrar a “formação do largo e fundo consenso entre as classes sociais no campo brasileiro”⁸. Esse “consenso”, afinal, colocava-se como pedra no caminho do entendimento entre a esquerda urbana e os trabalhadores rurais do campo ainda não organizados politicamente.

7 Em depoimento publicado em: JACKSON, Luiz Carlos, op. cit., p. 202-234.

8 OLIVEIRA, Francisco de. A tradição celebrada: sobre um clássico de Antonio Candido. *Jornal de Resenhas*, n. 84, São Paulo, abr. 2002. Disponível em: <jornalderesenas.com.br/resenha/a-tradicao-celebrada>. Acesso em: 23 fev. 2018.

Os parceiros do Rio Bonito é composto de três partes principais⁹. “A vida caipira tradicional” é a reconstrução histórica do “equilíbrio social” encontrado pela cultura tradicional caipira, entendido como a correlação entre as necessidades humanas e o desenvolvimento de técnica e organização social correspondente para satisfazê-las. Para Candido, o equilíbrio alcançado pela cultura caipira era “mínimo” e baseado numa economia de subsistência semifechada e seminômade, com agricultura itinerante e povoamento disperso, marcado pelo caráter provisório da aventura, que remonta à influência do fenômeno das bandeiras e entradas e à fusão de herança portuguesa e indígena. O autor se refere a equilíbrio mínimo em termos vitais e sociais, ou seja, de nutrição suficiente e de organização social para proporcioná-la, sociabilidade esta que encontrava seu ponto de referência no conceito de “bairro rural”, para além do qual a interação era desnecessária e para quem do qual a família ou o indivíduo isolado se colocava em risco de fome e anomia.

Em “A situação presente”, de caráter predominantemente etnográfico, Candido procura justificar a escolha do município de Bofete (campo onde residiu por mais ou menos um mês em 1948 e depois em 1954) e do tipo do parceiro rural como objetos do estudo. No município estariam em confronto a urbanização e a cultura caipira, e o parceiro, por estar a meio caminho da autonomia e estabilidade do sitiante tradicional e da alienação do assalariado moderno, seria ponto privilegiado para observar os avanços e recuos dessa queda de braços. Frente ao fim da economia anterior relativamente fechada e com a crescente abertura e dependência do mercado, o autor encontrou mudanças na vida caipira no sentido do desequilíbrio, com enfraquecimento da cooperação vicinal característica da sociabilidade dos bairros e perdas sem compensação adequada na dieta, tornada menos variada. Para não falar da “fome psíquica”, desejo recalcado de carne, por exemplo, que irromperia em turbulências e embriaguez.

Em “Análise da mudança”, a interpretação sociológica, Candido afirma o fim inevitável da cultura tradicional caipira, em decorrência da inevitabilidade da incorporação de cada vez mais regiões do globo ao âmbito da economia moderna, pressupondo a ação centrípeta do modo de produção capitalista da visão marxista. Nem ultramodernista nem romântica, a sua visão considerava a ambiguidade da modernidade, que era de desequilíbrio social para o caipira mas ao mesmo tempo também fator de potencial civilização e humanização pela “interposição do meio artificial da cultura” e pela ampliação do âmbito interativo. Nesse processo de “aculturação” (aspas pelo fato de a população caipira não ser outra civilização e sim parte da mesma sociedade abrangente), os fatores de persistência da cultura tradicional poderiam cumprir função reguladora e de garantia da sobrevivência social e cultural do caipira, não devendo ser descartados.

Essas três partes do livro são precedidas por um prefácio de apresentação

9 A divisão em construção histórica, etnografia e interpretação sociológica não deve ser vista de maneira estanque. A etnografia, por exemplo, foi central também para a reconstrução histórica, junto ao relato de viajantes do passado, já que os documentos oficiais eram parciais, por representarem sobretudo a vida das classes dominantes, e nesse caso se fazia necessário complementar as lacunas com recurso à história oral e à memorialística.

circunstanciada da obra, escrito para a primeira edição, e uma introdução teórico-metodológica, e são sucedidas por uma conclusão política, uma parte complementar (“A vida familiar do caipira”, dissertação apresentada à cadeira de Sociologia I, regida por Roger Bastide, subsidiária do doutorado do autor) e um apêndice, com descrições e relatos do trabalho de campo.

A conclusão do trabalho é a parte em que Candido cede ao “desejo de assumir posição em face das condições descritas” (p. 12), que são, como vimos, de desequilíbrio e de mudança nos padrões que permitiam classificar os níveis de vida anterior do caipira como “mínimos”. Na nova situação, a criação de necessidades pelo mercado não era correspondida pelo aumento do poder aquisitivo que permitiria ao caipira satisfazê-las, embora o avanço da técnica e das formas de organização social da sociedade abrangente permitisse a otimização desse equilíbrio. A incorporação do caipira à economia moderna, que não significava para o autor necessariamente migração para as cidades, poderia ser feita para atender aos interesses do país como um todo (o caipira incluído), evitando assim traumas culturais e sociais, ou aos dos industriais, ávidos por mão de obra barata vinda do campo. Candido opta pela primeira alternativa, sugerindo a reforma agrária como maneira de facultar ao caipira a decisão sobre o ritmo de sua incorporação aos novos padrões, sem a coerção da necessidade vital.

Destinada a servir como introdução ao estudo da reforma agrária, a conclusão é a parte da obra que Candido se ressentia de não ter melhorado. Mesmo assim, segundo ele, “talvez este trabalho ainda tenha algum interesse para os que acham que a reforma das condições de vida do homem brasileiro do campo não deve ser baseada apenas em enunciados políticos, ou em investigações especializadamente econômicas ou agrônomicas; mas também no estudo da sua cultura e da sua sociabilidade” (p. 13). É interessante observar como essa convicção está em sintonia com o projeto de cidadania defendido então pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), no qual Candido militava desde a fundação, em 1945, ainda sob o nome de Esquerda Democrática. Este desde o começo defendia em seu programa a reforma agrária, diferenciando-se com isso dos liberais, mas também de trabalhistas e comunistas, pela centralidade atribuída à autonomia política do campesinato e pela não subordinação dessa bandeira a análises políticas abstratas e alianças políticas vindas de cima para baixo da direção partidária.

De lá para cá, muita coisa mudou: a população urbana passou a predominar sobre a rural no país e vimos surgir nas grandes cidades novos movimentos sociais de caráter urbano e periférico, para além da tradicional organização sindical dos trabalhadores nas cidades e dos movimentos de trabalhadores rurais no campo (que aliás tiveram início em 1955 com as Ligas Camponesas ligadas ao PSB de Candido), o que é índice do fato de que, ao contrário do que pretendia o autor, a solução da situação de crise da cultura caipira se deu majoritariamente pela via da migração para as cidades e da proletarianização.

Candido ainda no fim da vida estava preocupado com a reedição dessa sua obra, como indicado anteriormente. Uma das razões da atualidade dela é certamente a dimensão política, em especial a reflexão que suscita sobre a complexa relação entre teoria e prática. Penso aqui sobretudo na ética que ele atribui como “missão” àqueles

aos quais cabem, na moderna divisão social do trabalho, as atividades intelectuais, como a pesquisa científica. O compromisso com a emancipação humana das dominações vigentes na sociedade deveria ensejar um comportamento profissional do intelectual que fosse de interesse verdadeiro pela realidade desse “outro”, as populações dominadas de maneira geral, e de busca do diálogo com ele, por meio do qual seria possível, ao mesmo tempo, conhecer e dar visibilidade à perspectiva desse outro, alargar a própria e contribuir também para o aprimoramento da do outro.

Como se sabe, a pesquisa que deu origem ao livro era inicialmente sobre o cururu, dança cantada do caipira paulista, o que permitira ao autor conciliar seu interesse pessoal pela literatura, depois de frustrada uma primeira tentativa de migração institucional em 1945, e sua situação profissional de sociólogo. Ao procurar ampliar o conhecimento sobre a vida caipira, ele deparou com a realidade de miséria dessa população e resolveu transformar seu estudo em algo sobre a totalidade da cultura caipira frente ao crescente processo de urbanização, tendo como eixo a questão elementar da subsistência.

É possível afirmar que a mudança de rota se liga, de certo modo, a um afastamento de Candido da perspectiva exclusivamente sociológica no estudo das manifestações culturais, posição demarcada por ele em *O método crítico de Sílvio Romero*, sua tese de livre-docência, defendida em 1945, pois a considerava insuficiente, não devendo ser tomada como ponto de partida, mas como necessidade do objeto. E entre as necessidades do objeto estava a de conhecimento musical, de que ele não dispunha. Mas essa mudança também se liga aos debates internos do PSB, aspecto ainda inexplorado pela fortuna crítica do livro.

Em 1947, logo após ser eleito deputado federal pelo partido, João Mangabeira assumiu a relatoria da Comissão Especial da Câmara para a Reforma Agrária, criada por ocasião do envio de uma Lei Agrária ao Congresso pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra. Tendo em vista seu caráter eleitoralmente pouco expressivo, o PSB deve ter lutado para conquistar o posto, por atribuir-lhe alguma importância, o que por sua vez remete aos debates internos ao partido e à mobilização de seus militantes. Nessa época, Candido era ativo e estava em dia com esses debates, até porque editava o jornal do partido em São Paulo, a *Folha Socialista*. Em março de 1948, a direção nacional do PSB recomendou às suas direções estaduais que elaborassem estudos minuciosos sobre o problema agrário para orientar a intervenção do parlamentar socialista. Até que ponto esse apelo pode ter contribuído também com a mudança de rota na pesquisa é uma questão interessante, que no entanto permanece em aberto.

É claro que apresentar uma obra como essa a um eventual futuro leitor é algo fadado ao reducionismo. Calvino, afinal, tem razão: “Os clássicos são livros que, quanto mais pensamos conhecer por ouvir dizer, quando são lidos de fato mais se revelam novos, inesperados, inéditos”¹⁰. *Os parceiros do Rio Bonito*, nesse sentido, não deixa de ser um livro inédito, mesmo chegando agora à sua décima segunda edição.

10 CALVINO, Ítalo, op. cit., p. 12.

SOBRE O AUTOR

MAX LUIZ GIMENES é mestre em Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).
E-mail: max.gimenes@gmail.com>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CALVINO, Ítalo. *Por que ler os clássicos?*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- CARDOSO, Fernando Henrique. A fome e a crença. In: LAFER, Celso (Org.). *Esboço de figura*: homenagem a Antonio Candido. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979, p. 89-98.
- D'INCAO, Maria Angela; SCARABÔTOLO, Eloísa Faria (Org.). *Dentro do texto, dentro da vida*. São Paulo: Companhia das Letras/Instituto Moreira Salles, 1992.
- JACKSON, Luiz Carlos. *A tradição esquecida: Os parceiros do Rio Bonito e a sociologia de Antonio Candido*. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Fapesp, 2002.
- OLIVEIRA, Francisco de. A tradição celebrada: sobre um clássico de Antonio Candido. *Jornal de Resenhas*, n. 84, São Paulo, abr. 2002. Disponível em: <jornalderesenhas.com.br/resenha/a-tradicao-celebrada>. Acesso em: 23 fev. 2018.
- PEIRANO, Mariza. O pluralismo de Antonio Candido. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 12, v. 5, p. 41-54, fev. 1990.